

Sumário Executivo

O objetivo do Grupo de Estudos sobre Financiamento Verde do G20 (GFSG) é "identificar barreiras institucionais e de mercado para o financiamento verde, e, tendo como base as experiências dos países, desenvolver opções para aumentar a capacidade do sistema financeiro em mobilizar capital privado para investimento verde". Com o objetivo de apoiar a meta do G20 de crescimento forte, sustentável e equilibrado, os Chefes de Estado do G20, na Cúpula de Hangzhou em 2016, reconheceram a necessidade de "ampliar o financiamento verde" e identificaram sete opções estruturantes para alcançar este objetivo, para implementação voluntária pelos países à luz de suas circunstâncias nacionais.

Durante 2017, o GFSG focou em dois temas: a aplicação da Análise de Risco Ambiental (ERA) no setor financeiro; e o uso de dados ambientais disponíveis publicamente (PAED) para análise de risco de financiamento e para informar a tomada de decisões. Além disso, o GFSG fez um inventário do progresso na utilização das sete opções listadas no Relatório-Síntese do G20 sobre Financiamento Verde de 2016, considerando os países-membros do G20 e iniciativas internacionais.

A Análise de Risco Ambiental (ERA) é um importante tema transversal que apoia o objetivo do GFSG. A identificação, precificação e gerenciamento dos riscos materiais são características fundamentais de um sistema financeiro eficiente e resiliente. No tocante a riscos ambientais, o *feedback* do setor privado recebido pelo GFSG sugere que muitas instituições financeiras enfrentam desafios para identificar, quantificar e aplicar ferramentas analíticas para avaliar os impactos financeiros desses riscos. Diferenças consideráveis podem existir em termos da capacidade das instituições financeiras aplicarem a ERA, notadamente comparando as capacidades em diferentes países e entre diferentes tipos de instituições financeiras como bancos, seguradoras e outros investidores institucionais; portanto, a aplicação da ERA pode ser limitada em termos das implicações para as instituições financeiras, seus clientes e o sistema financeiro como um todo. Diversos estudos de caso sugerem que, se as instituições financeiras não levarem em conta efetivamente os fatores ambientais materiais, elas podem não conseguir considerar os riscos financeiros relacionados ao meio ambiente no curto e longo prazos de forma adequada.

Instituições financeiras poderiam combinar dois elementos de avaliação de riscos ambientais: 1) entender e identificar as fontes ambientais dos riscos financeiros e 2) traduzir esses fatores em informação quantitativa e qualitativa para entender a magnitude potencial do risco financeiro para investimentos, o que poderia apoiar a tomada de decisões de investimento. A adequação das ferramentas de análise de risco e métricas associadas pode depender, dentre outros aspectos: primeiro, dos tipos de risco (i.e. risco de mercado, de crédito, empresarial); segundo, dos fatores de risco que as instituições financeiras estão expostas (i.e. riscos físicos ou de transição); terceiro, da magnitude da exposição, direta ou indireta, a riscos ambientais específicos; e quarto, de fatores particulares a cada país ou setor específico.

Com base no exame das práticas atuais, nota-se com clareza que há espaço considerável para mais diálogo, conscientização e compartilhamento de conhecimento em Análise de Risco Ambiental. O inventário das práticas de instituições financeiras e reguladores do setor identificou um portfólio diversificado de ferramentas, metodologias e estudos de caso em ERA, que poderia ajudar os tomadores de decisões financeiras a entender e integrar o risco ambiental na gestão de riscos e na tomada de decisões de alocação de ativos. Estudos de caso sugerem que a aplicação dessas ferramentas pode resultar em melhores políticas de crédito e investimento;

redução nos riscos no nível da carteira e de empresa; inovação em produtos; realocação de capital e maior envolvimento das partes interessadas

O uso efetivo da ERA enfrenta uma série de desafios. Pesquisas realizadas por parceiros de conhecimento do GFSG e consultas com o setor privado sugerem que barreiras para uma adoção mais ampla de práticas de ERA podem incluir: a falta de sinais claros e consistentes das políticas públicas; limites nas metodologias e na disponibilidade de dados relevantes; limitações de capacidade dentro das instituições financeiras; horizontes temporais; termos de investimentos e incentivos de *performance*.

As opções para incentivar a adoção voluntária da ERA incluem: garantir a consistência dos sinais de políticas públicas; conscientizar sobre a importância da ERA para instituições financeiras que possuem exposição ambiental significativa; incentivar a melhoria na qualidade e utilização mais eficaz de dados ambientais; incentivar instituições públicas a avaliar os riscos ambientais e suas implicações financeiras nos diferentes contextos nacionais; avaliar e, se necessário, esclarecer as responsabilidades das instituições financeiras para considerar os fatores ambientais; e construir capacidades no setor financeiro para a análise de risco ambiental.

Dados ambientais disponíveis publicamente (PAED) são fontes importantes de informação para a ERA e para a análise financeira de forma mais ampla. PAED, conforme utilizado neste relatório, refere-se aos dados ambientais fornecidos e reportados por entidades não-corporativas e que podem ser úteis para análise financeira. A dificuldade de acesso e a falta de dados ambientais relevantes limitam a habilidade das instituições financeiras e de outros participantes do mercado para analisar e gerenciar sua exposição a riscos ambientais. Isso também inibe a realocação de recursos para o financiamento de oportunidades de financiamento verde.

A Análise de Risco Ambiental pode ser apoiada não apenas por dados ambientais fornecidos pelas empresas para avaliar suas "exposições atuais", mas também por informações ambientais abrangentes de toda a economia, implicações de mudanças ambientais (i.e., externalidades), possíveis mudanças futuras no clima e outros fatores de risco ambiental, bem como respostas às mudanças ambientais partindo do mercado e de políticas públicas. Tais informações, algumas das quais são de natureza prospectiva, são, em grande parte, provenientes de fontes públicas, incluindo governos, organizações internacionais (OIs), instituições de pesquisa ou organizações não-governamentais (ONGs). Essas informações podem ajudar as instituições financeiras e não-financeiras a avaliar as probabilidades e os impactos de riscos físicos e de transição, bem como oportunidades para o investimento verde. Ao mesmo tempo, é importante notar que a análise prospectiva sempre envolve incertezas em torno da precisão das projeções e relevância para o país, e, portanto, entende-se que os usuários de dados devem permanecer responsáveis pela seleção de pressupostos e cenários utilizados para gerar projeções.

PAED atuais revisados pelos parceiros de conhecimento do GFSG podem ser amplamente agrupados em: (i) tendências físicas históricas, (ii) previsões e cenários prospectivos, e (iii) custos de poluição e benefícios de remediação. A natureza dos dados varia, com alguns refletindo o estado atual, enquanto outros fornecem informações mais voltadas para o futuro. Alguns exemplos de PAED incluem: dados ambientais no nível de ativos físicos (instalações); estresse hídrico e outras pressões sobre ecossistemas; probabilidades de desastres naturais; cenários de mudanças climáticas, mudança de demanda de energia, mudanças nos padrões de tecnologia, produção e consumo; dados sobre potenciais solares e eólicos; bases de dados sobre

tecnologias verdes; custos da poluição de ar, água e terra; e os benefícios da remediação ambiental.

Os obstáculos que restringem o uso efetivo de PAED na análise financeira, conforme identificados pelos parceiros de conhecimento do GFSG, incluem: o estado incipiente do uso das metodologias de ERA e da avaliação de investimentos verdes; a falta de cenários futuros comparáveis e as incertezas sobre futuras respostas de políticas públicas para os desafios ambientais e climáticos; a formatação dos dados ambientais disponíveis publicamente, que não é amigável para os usuários do setor financeiro; altos custos de pesquisa por informações (monetários e não-monetários); e incerteza sobre os modelos de negócios para a provisão de PAED. O GFSG concordou que seria útil preparar um Catálogo que descreva e contenha *links* para bancos de dados de PAED existentes.

As opções para melhorar, de forma voluntária, a disponibilidade, a acessibilidade e a relevância de PAED incluem: membros do G20 podem trabalhar com outros parceiros para compartilhar metodologias publicamente disponíveis para a ERA e para a quantificação de custos e benefícios ambientais; os governos também poderiam apoiar esforços do setor privado para melhorar a qualidade e facilidade de utilização de PAED; o GFSG poderia apoiar o desenvolvimento do Catálogo de PAED, preparado até o momento pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e pela OCDE; e as autoridades nacionais poderiam promover a disseminação doméstica de PAED com foco na sua utilização para análise financeira.

Um relatório de progresso preliminar mapeou os desenvolvimentos em relação às sete opções destacadas pelo GFSG em 2016, considerando o período desde a reunião do GFSG de Xiamen, em junho de 2016. Ocorreram avanços significativos em vários países do G20 em diversas áreas. Exemplos são os roteiros nacionais de sustentabilidade e finanças verdes (*roadmaps*), construção de capacidades e compartilhamento de conhecimento pelas instituições financeiras, e o desenvolvimento de mercados locais de títulos verdes e fluxos de títulos verdes transfronteiriços. A cooperação internacional em financiamento verde tem sido visível em todo o G20 e entre os países do G20, tanto através de plataformas intergovernamentais como em diversas iniciativas público-privadas.

Além dos exemplos fornecidos acima, uma série de outras áreas de análise estão emergindo e exigirão pesquisa adicional. Exemplos dessas áreas incluem, entre outras: integração do quadro de oportunidades para o investimento verde; abordagens nacionais mais integradas para as finanças verdes; desenvolvimento de mercados de títulos verdes em moeda local em economias emergentes; o papel das finanças públicas e dos bancos de desenvolvimento no apoio ao investimento verde; e a aplicação de tecnologia financeira (FinTech) para o financiamento verde.